



O cemitério como espaço devocional: um estudo sobre a devoção a Irmã Benigna*

The cemetery as devotional space:
a study about the devotion to sister Benigna

Ilza Mara Lima**

Resumo

Esta comunicação pretende analisar os cemitérios como espaço de múltiplas devoções, dentre elas as devoções marginais: as diversas formas com as quais as pessoas cultuam seus mortos, através de seus túmulos. As devoções que são manifestadas perante esses túmulos dentro dos cemitérios demonstram esta prática de fé, que se denomina de devoção marginal. Pessoas comuns que, após a morte, ganham a veneração de fieis que lhes pedem a interseção junto ao sagrado, são cultuadas como milagreiras. Após o pedido realizado, o devoto passa a ornamentar o túmulo do Milagreiro, com Flores, Velas, Ex votos em forma de agradecimento. O túmulo torna-se então objeto de veneração e peregrinação. A comunicação examina como esta devoção se dá no cemitério do Bonfim, em Belo Horizonte, mais especificamente no túmulo da milagreira Irmã Benigna, tida como alguém que auxilia os devotos nos momentos de suas angústias e aflições. Analisa-se como essa devoção se perpetua à margem da crença oficial.

Palavras-chave: Morte. Enterramento. Túmulo. Devoção. Irmã Benigna.

Abstract

This paper analyzes the cemeteries as a place of many devotions, devotions among them marginal. the various ways in which people worship their dead through their graves. The devotions that are manifested before these graves within the cemeteries demonstrate the practice of faith is called the marginal devotion. Ordinary people who are worshiped as a miracle worker. The paper examines how this devotion in the cemetery of Bonfim in Belo Horizonte City, more specifically in the miraculous Nun Benigna's Tomb helps the devotees by the time their distress happens. It looks at how devotion is perpetuated the margin of the official belief.

Keywords: Death. Burial. Grave. Devotion. Nun Benigna's.

Comunicação recebida em 24 de setembro de 2012 e aprovada em 18 de janeiro de 2013.

* Trabalho realizado como Conclusão do Curso de História (2011), na Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte, sob a orientação da professora Dr^a. Marcelina das Graças de Almeida.

** Mestranda e Pós-graduada em Ciências da Religião pela PUC Minas. País de origem: Brasil. E-mail: ilzamlima@hotmail.com

Introdução

O tema cemiterial é instigante e desafiador, várias são as possibilidades de pesquisa dentro desses espaços, que há muito, além de guardar os mortos, passaram a ser observados e analisados como importante fonte de pesquisa para diversas áreas do saber.

Este texto destaca a importância do espaço cemiterial na construção de práticas devocionais, que se perpetuam perante túmulos de pessoas comuns, cultuadas como milagreiras. Para entender um pouco mais sobre essa prática, tida como uma forma marginal de devoção, faz-se uma breve introdução sobre a morte, as formas de se morrer e o âmbito familiar da morte; aborda-se a ruptura e a laicização na forma dos enterramentos, com a criação dos cemitérios; dá-se maior ênfase ao estudo de caso do cemitério do Bonfim, em Belo Horizonte, Minas Gerais; destaca-se o túmulo de Irmã Benigna e o aparecimento de uma devoção, dentro do cemitério do Bonfim, com os pedidos de fieis; são apresentadas, finalmente, algumas considerações a respeito desta devoção.

1 Discussões sobre a morte

Ao debruçar-se sobre a temática da morte, cabe destacar dois grandes historiadores franceses. O primeiro, Philippe Áries (1914-1984), dialogou com a temática da morte analisando o contexto medieval até o século XX, tendo observado que a morte ainda continuava sendo um tabu nas sociedades contemporâneas. O segundo, Michel Vovelle, historiador das mentalidades, afirmava que a morte e os costumes adotados diante dela passaram por um longo período de negação e silêncio; sendo que, a partir do século XX, o tema passou a ser focalizado pelo viés de uma análise das suas transformações e representações, ao longo do tempo.

Conforme o historiador Michel Vovelle (2004, p. 128), “a história pretende reencontrar os homens e compreender suas reações diante de uma passagem que não admite fraudes”. A morte é a única certeza que permeia a mente dos vivos, sendo assim, suas representações passam de forma sutil e quase despercebida aos olhos, ao longo do tempo.

Sob esse foco, ao analisar os comportamentos diante da morte, percebe-se que, na Idade Média, era aceita e não havia preocupação com o destino individual dos corpos, uma vez que estes eram depositados em sepulturas coletivas, sem identificação pessoal, principalmente porque a peste era provocadora de muitas mortes. Dessa forma, as sepulturas coletivas facilitavam os enterramentos que aconteciam dentro ou nas imediações das igrejas, mas sempre em terreno sagrado, pois o sentido mais importante era a proximidade com o poder divino.

A morte súbita era um temor, pois não havia tempo para o arrependimento e o morto seria excluído dos preparativos de sua partida. A experiência da morte era um ato coletivo. O leito do moribundo era tomado por pessoas, não só familiares e clericais, mas também vizinhos e desconhecidos; também as crianças acompanhavam a agonia do moribundo com certa naturalidade, sendo sua morte anunciada e familiar. O quarto tinha as janelas fechadas criando um ambiente de penumbra, os círios eram acesos.

O próprio moribundo tomara a tempo as providências quanto ao seu enterramento, geralmente feito nas Igrejas ou capelas mortuárias, onde as sepulturas eram individuais ou familiares e com identificação de cada morto ali enterrado, pois, segundo Áries (1989, p. 137), “o moribundo não devia ser privado de sua morte, era preciso também que ele a presidisse.”

A partir do final do século XVIII, os rituais da morte ganharam novas percepções. O quarto do moribundo era alvo de críticas médicas, pois acreditavam que o local deveria ser mais arejado, com janelas abertas, círios apagados e sem a presença de muitas pessoas em volta do moribundo, que muitas vezes padecia de

uma patologia transmissível. Alguns padres tentavam advertir as pessoas da importância do moribundo ficar sozinho em seu quarto, a fim de que tivesse um momento a sós e mais edificante com Deus, para se concentrar nos cuidados com sua alma, como diz Marcílio (1983, p. 63): “a morte assume o sentido de ruptura, passa a ser indesejável, embora admirada pela beleza que lhe dá o romantismo”.

No sentido das transformações, nota-se que as tradições em relação ao culto aos mortos sofreram uma mudança considerável no século XIX. A morte não foi mais sentida no âmbito familiar e dever-se-ia poupar o doente de sua agonia, negligenciando sua doença, a fim de poupá-lo do sofrimento e do constrangimento que causa à família, por ter um ente querido nessas condições. Com cada vez maior frequência, o doente passou a ser transferido ao hospital onde permanecia até seu fim.

O moribundo não vivenciava mais sua agonia pública, ele agora recebia cuidados em um ambiente hospitalar frívolo e de convívio impessoal. Seus familiares deveriam conter a dor, provocada pela ausência do morto, pois, conforme Reis (1991, p. 171), “o silêncio que, a partir de então, se estende sobre a morte significa que esta rompeu seus grilhões e se tornou uma força selvagem e incompreensível”.

Os cortejos fúnebres também sofreram transformações. Na Idade Média: o morto era vestido com uma mortalha; sua família realizava uma missa de corpo presente que poderia perdurar por três dias; a presença das carpideiras vestidas de negro era bem comum, que choravam pelo morto mesmo que não tivessem por ele o menor apreço.

Entre os séculos XVI e XVII, os testamentos revelavam a preocupação com o cortejo fúnebre que determinavam a presença de monges mendicantes, pobres e crianças de hospitais, devidamente vestidos de negro, em troca de uma fatia de pão e alguns trocados deixados pelo morto. Já à família cabia a decisão de participar ou

não do cortejo, aos amigos mais próximos era ofertado um verdadeiro banquete, alvo de críticas da Igreja Católica. O luto familiar era imposto por, ao menos, quarenta dias, onde todos deveriam trajar-se de negro para se resguardarem de seus sofrimentos com a partida do ente querido. Outro motivo de reclusão era manter, por algum tempo, a memória do falecido presente no convívio familiar e, durante esse período, ficavam proibidas aos membros da família a aparição em eventos sociais e a presença em lugares de prazeres profanos.

Constata-se que, na segunda metade do século XIX e início do século XX, ainda existiam resquícios das carpideiras, mas a presença dos mendicantes foi abolida do cortejo. A dor era vivida de forma contida e reservada, pela família. A vivência do luto não era mais imposta e sim sentida de acordo com a especificidade de cada família.

Os costumes quanto aos enterramentos também sofreram modificações, a partir do século XVIII e início do século XIX. Os sepultamentos, antes feitos dentro dos templos e igrejas, começaram a ser questionados, pois os corpos em putrefação provocavam odores fedidos, dentro dos templos e contaminavam o solo, tornando a convivência entre vivos e mortos uma questão de saúde pública. A construção dos cemitérios extra urbe emergia nessa época, na tentativa de manter uma convivência saudável entre vivos e mortos.

2 Cemitérios

No Brasil, as mudanças quanto aos enterramentos causaram alarde nos costumes e ritos fúnebres, principalmente para os católicos, pois a Igreja temia perder seus fiéis e a receita financeira arrecadada com os enterramentos, pois a proximidade dos altares e santos maiores era a garantia de salvação da alma e valores mais altos a serem pagos pela salvação.

Segundo Reis:

Ser enterrado na igreja era também uma forma de não romper totalmente com o mundo dos vivos, inclusive para que estes, em suas orações, não esquecessem os mortos que haviam partido. Os mortos se instalavam nos mesmos templos que tinham frequentado ao longo da vida. (REIS, 1991, p. 13).

A população temia que, após a morte, suas almas não mais seriam salvas, pois seus corpos não repousariam sob o teto sagrado das igrejas. Sob a perspectiva de Almeida:

No Brasil, esta matéria vinha sendo estudada desde o final do século XVIII, ocasião em que D. Maria de Portugal, em 1789, orientava para a construção de cemitérios na colônia. No início do XIX, através de Cartarégia, determinava-se a proibição dos enterramentos nas igrejas e ordenava-se a construção de cemitérios pelo bem da saúde pública. (ALMEIDA, 2007, p.22).

Conforme citou Reis, a Bahia protagonizou uma das revoltas mais importantes em repulsa ao ideário higienista, que ficou conhecido com cemiterada:

Uma revolta contra um cemitério. O episódio que ficou conhecido como “cemiterada”, ocorreu em 25 de outubro de 1836. No dia seguinte entraria em vigor uma lei proibindo o tradicional costume de enterros nas igrejas e concedendo a uma companhia privada o monopólio dos enterros em salvador por trinta anos. (REIS, 1991, p. 13).

Em Minas Gerais, os enterramentos continuaram sendo feitos nas igrejas até final do século XIX. A religiosidade era um fator muito presente na cultura mineira que, após muita resistência, aceitou a transferência de seus mortos para um local distante das igrejas. De acordo com Adalgisa Arantes:

[...] na Capitania das Minas Gerais a construção dos cemitérios situados fora do âmbito religioso foi adiada o mais possível, sendo este adiamento a situação vivida no Arraial do Belo Horizonte no final do século XIX, quando aqui se instalou a Comissão Construtora imbuída do objetivo de construir a capital mineira. (ARANTES apud ALMEIDA, 2007, p. 123-124).

A capital mineira era Ouro Preto, mas sua arquitetura colonial não representava os novos anseios de liberdade republicana e modernização, advindos da política republicana instaurada no país. Somados a esses aspectos, acrescenta-se o fato da capital já ter nascido laica, bem como o cemitério, como consta nas Constituições da República do Brasil e do Estado de Minas Gerais citados por Almeida (2007, p. 128): "os cemitérios terão caracter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a pratica dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não offendam a moral publica e as leis."

A capital se transferiu, então, para o chamado Arraial do Belo Horizonte, situado aos pés da serra do Curral, para a construção da nova cidade. Em 1901, a cidade adquiriu o nome definitivo de Belo Horizonte. Nesse arraial havia uma igreja chamada Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, em torno dela se constituiu o arraial. De acordo com Almeida (2007, p. 122), "era o templo o local onde as pessoas se reuniam não apenas com objetivos religiosos, mas questões relativas à política, sociedade e economia eram ali tratados."

No caso mineiro, dentro da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem não comportava mais tantos corpos. Segundo Barreto (1995, p. 115), o relato do engenheiro chefe da Comissão Construtora da nova Capital Francisco Bicalho¹ esclarece que "o número de corpos ai enterrados era tal que, ao abrir-se qualquer sepultura, encontravam-se os restos deles ainda mal decompostos, o que importava em serio perigo para a salubridade pública".

As providências logo foram tomadas, pois era inadmissível que tal situação ocorresse na nova capital que estava por vir. Os enterramentos foram proibidos na

¹ Francisco de Paula Bicalho (São João Del Rei, MG 1847- Petrópolis, RJ,1919). Engenheiro Civil. Formou-se pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro em 1871. Em maio de 1895 assumiu a chefia da CCNC, substituindo o engenheiro Aarão Reis. Com a extinção da referida comissão (1898), transferiu-se para o Rio de Janeiro, sendo nomeado Diretor da Estrada de Ferro Leopoldina *Railway Company* Ltda. Dentre outros cargos públicos que exerceu foi Inspetor Geral das Obras Públicas da capital federal, dotando a cidade de grandes melhoramentos urbanos. Tendo se aposentado em 1911. Faleceu em 1919. Quando na chefia da CCNC, Francisco Bicalho esteve responsável basicamente pela execução das obras, tendo o período se sua administração se caracterizado pelo ritmo intenso das construções.

Matriz, fazendo com que a comissão construtora da capital providenciasse um cemitério provisório, conforme é narrado na obra de Barreto:

O Dr. Aarão Reis², de acordo com o padre Martins Dias, mandou fechar e nivelar uma pequena rua de 40m de frente e outros tantos de fundo, no local em que hoje são encontrados os fundos do orfanato santo Antônio, entre ruas São Paulo, Tamoios, Rio de Janeiro e Tupis. Para servir provisoriamente de cemitério, até que, planejada a nova cidade, se providenciasse o estabelecimento do definitivo. (BARRETO, 1995, p. 115).

O pároco local concordou com o fim dos sepultamentos na Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, mas sua atitude não era de concordância com os demais párocos da Igreja Católica. Segundo Abílio Barreto (1995, p. 115), Aarão Reis afirma que o novo espaço para os enterramentos, ainda que provisório, ficava localizado em área que seria pouco tempo depois um dos lugares mais centrais da cidade, isto é, o espaço representado pelo quadrilátero formado pelas atuais ruas São Paulo, Tamoios, Rio de Janeiro e Tupis. De qualquer forma, também o estabelecimento definitivo do cemitério da nova capital estava nos planos daqueles construtores.

O cemitério provisório foi dividido em dois lados, com quatro quadras. Não havia símbolos religiosos, pois a Comissão Construtora da capital seguiu com o ideário republicano e a laicização dos espaços públicos era um fato importante. De acordo com Almeida (2007, p. 135), “a instauração do regime republicano e a construção de uma nova nação se cristalizavam na concepção daquele novo espaço urbano.”

A Comissão Construtora da Capital Mineira determinava quais eram os espaços a serem ocupados pela população. Uma avenida contornava a delimitação da nova capital, dentro dela as ruas eram marcadas como um tabuleiro de xadrez, o

²Aarão Leal de Carvalho Reis (Belém, Província do Grão-Pará, 1853- Rio de Janeiro, RJ, 1930). Engenheiro, professor e urbanista. Sua formação acadêmica foi realizada na Escola Central (posteriormente politécnica) do Rio de Janeiro, onde obteve os títulos de engenheiro geógrafo (1872) e de engenheiro civil (1874). Dedicou-se ao magistério, atividade que sempre exerceu, mesmo quando no desempenho de cargos públicos na área federal ou estadual. Propagandista da Abolição e da República, durante o Governo Provisório (1889/1891), foi diretor-geral de obras civis da marinha e da Secretária de Viação e Obras Públicas. Entre os anos de 1893/1895, liderou, a convite do governo de Minas Gerais, a comissão técnica organizada inicialmente para seleção do local onde iria ser instalada a nova capital e, posteriormente, para a idealização e construção da cidade.

antigo arraial de Belo Horizonte ficou para trás dando boas vindas à nova capital, Cidade de Minas, que, posteriormente, se chamaria Belo Horizonte.

A construção do cemitério municipal deveria ser feita fora do perímetro urbano. Os pressupostos higienistas permeavam a mente dos membros da comissão construtora da nova capital. O local escolhido foi um bairro de denominação Lagoinha, localizado nas proximidades do Rio Arrudas, que ganhou este nome porque em época de chuva o rio transbordava e inundava todo o local; a Lagoinha era utilizada como passagem de tropeiros ligando os municípios de Venda Nova e Santa Luzia à nova capital. O terreno era arenoso, ficava no alto ao lado de uma grande pedreira, com muita ventilação.

O espaço ocupado pelos mortos foi traçado, reproduzindo o traçado geométrico da cidade dos vivos, no caso o da nova capital mineira. Segundo Almeida (2007, p. 135), o mesmo “é composto por cinquenta e quatro quadras divididas entre duas alamedas principais e diversas ruas secundárias.”

O cemitério municipal foi inaugurado em 1897 e os corpos sepultados no cemitério provisório não foram trasladados para o novo local, conforme Barreto (1995, p. 115) descreve através do relato de Francisco Bicalho: “quanto ao provisório, embora abandonado vai ser cercado com muros de tijolos, pois a sua supressão e remoção de ossos não pode ter lugar senão daqui a cinco anos, tempo mínimo calculado para a completa decomposição dos corpos.”

Em meados das décadas de 30 e início dos anos 40 do século passado, o cemitério municipal teve seu nome modificado para Cemitério do Bonfim. Conforme Almeida (2007, p. 133), Abílio Barreto³ atribuiu ao povo da capital a escolha do nome para o novo cemitério da cidade.

³ Abílio Barreto. Nascido em Diamantina-MG (1883), transferiu-se para Belo Horizonte em 1895, tendo trabalhado na 9ª Divisão da Comissão Construtora de Belo Horizonte. Redigiu uma das primeiras publicações acerca da história de Belo Horizonte. Foi diretor do Museu Histórico da Cidade que hoje leva seu nome. Faleceu em Belo Horizonte-MG em 1962.

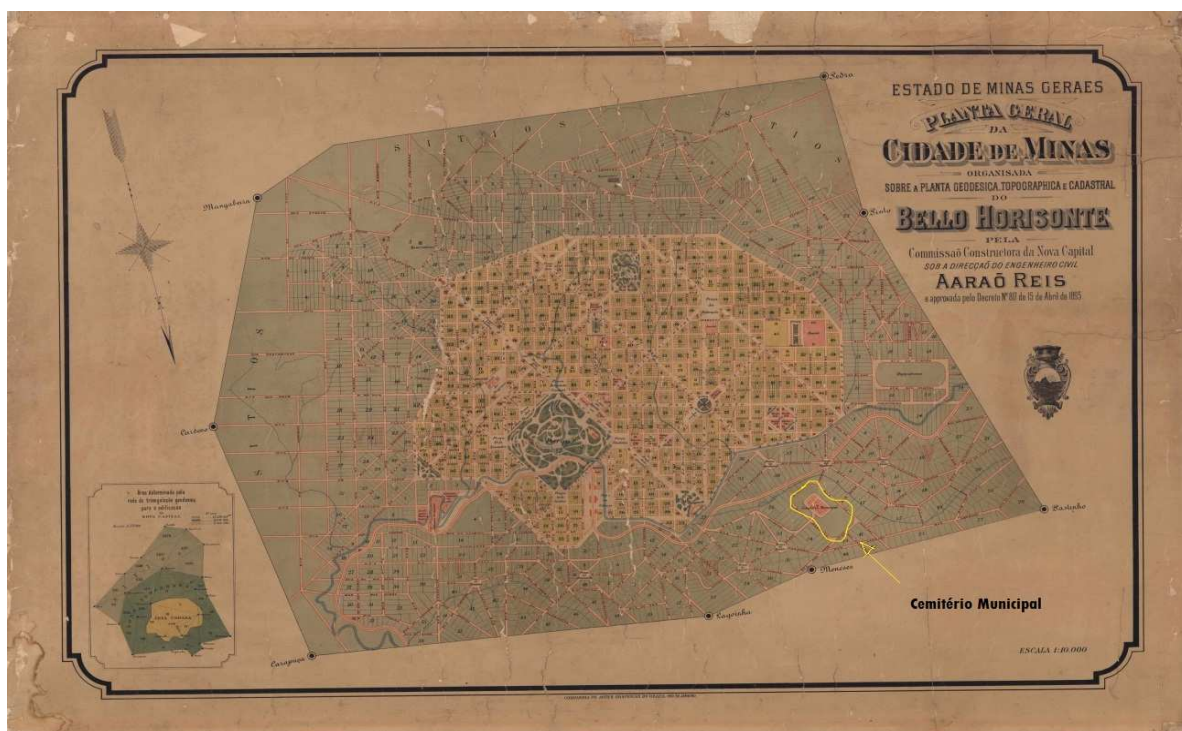


Figura 1 - Planta da cidade de Belo Horizonte

Apesar de o cemitério ser um espaço laico, o nome Nosso Senhor do Bonfim reflete a permanência de sentimentos religiosos impregnados na cultura católica mineira. Os sepultamentos não tinham mais o caráter religioso, nem a dramatização de outrora e eram realizados com os cuidados sanitaristas: o cortejo seguia com o caixão fechado em caso de morte por pestes, o defunto era posto em caixão lacrado e seu sepultamento feito em 24 horas, crianças de até doze anos eram proibidas de acompanhar o funeral mesmo que fosse de um familiar próximo.

Conclui-se que as modificações dos sepultamentos eram reflexos de uma sociedade onde os vivos tinham pressa em esquecer seus mortos. Dentro desse contexto, observa-se que, nos espaços destinados aos mortos, a distinção social vivenciada no grande centro urbano mineiro se transpunha ao cemitério: pessoas com maior ascendência financeira construía túmulos em granito, bronze e, muitas vezes, erguiam capelas sobre as sepulturas. Aos menos abastados restava uma sepultura simples muitas vezes feita somente de cimento, sem ornamentação.

O cemitério não guardava apenas os mortos, ele passou a ser também uma representação da vida social, dentro da sociedade através de seus túmulos. Há no espaço cemiterial múltiplas manifestações devocionais e cabe destacar as devoções marginais. No caso do cemitério do Bonfim podem-se citar os seguintes cultos: à menina Marlene, ao Padre Eustáquio e à Irmã Benigna. As devoções marginais são manifestações de fé que acontecem sem a estrutura eclesial, ou seja, a devoção não necessita da aprovação da Igreja para existir.

São atribuídos milagres aos corpos de pessoas comuns, que não recebem a declaração de santidade, da parte da Igreja. De acordo com Pereira (2005, p.31), “marginal é aquele tipo de devoção que não necessita da estrutura eclesial para existir [...] existe às margens das devoções oficiais. Devoção marginal é geralmente praticada por pessoas da classe baixa, também marginalizadas de alguma maneira.”

A menina Marlene Maria dos Santos morreu aos 13 anos de idade e está enterrada na quadra 36, carneiro 26. Ao lado do seu túmulo há um velário, onde os fiéis acendem velas e deixam seus pedidos de intercessão.



Figura 2 - Menina Marlene
Fonte: Fotos da autora



Figura 3 - Túmulo da Menina Marlene
Fonte: Fotos da autora

Padre Eustáquio (1890-1943) faleceu no Sanatório Minas Gerais, atual hospital Alberto Cavalcanti. Tornou-se símbolo da fé religiosa, ao longo de sua atuação como sacerdote católico, promovendo curas e distribuindo bênçãos pelos vários lugares por onde passou. Após sua morte, foi atribuída a ele a graça da cura de um câncer em um de seus devotos, entre outros milagres.



Figura 4 - Túmulo Padre Eustáquio
Fonte: Fotos da autora

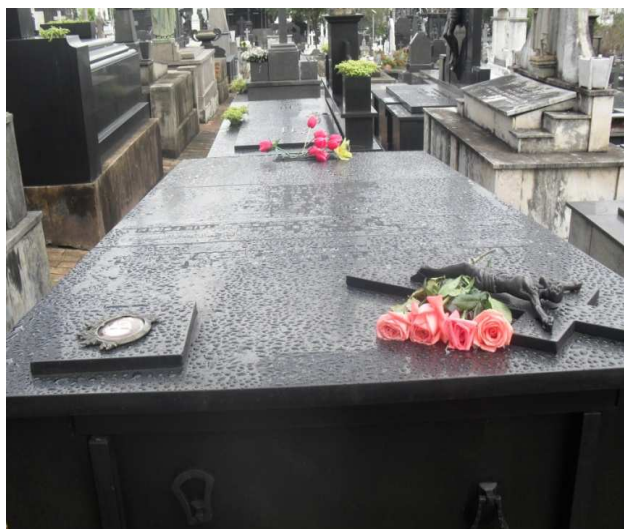


Figura 5 - Túmulo do Padre Eustáquio
Fonte: Fotos da autora

Finalmente, destaca-se o culto a Irmã Benigna (1907-1981), sepultada no túmulo 26 quadra 36. Seu túmulo é venerado por fiéis que lhe atribuem diversos milagres. Sobre esta devoção popular será apresentada uma leitura mais detalhada, em vista de uma melhor compreensão da relação estabelecida entre ela e seus devotos.



Figura 7 - Túmulo de Irmã Benigna
Fonte: Fotos da autora



Figura 8 - Túmulo de Irmã Benigna
Fonte: Fotos da autora

3 Irmã Benigna

Irmã Benigna nasceu no município mineiro de Diamantina com o nome de Maria da Conceição Santo, no dia 16 de agosto de 1907. Desde cedo manifestava seu interesse pela vida religiosa, quando adolescente ministrava aulas de catecismo em Diamantina. Aos 28 anos, por intermédio de um sacerdote amigo da família, ela escolheu a Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade para continuar sua vocação religiosa. Esta congregação nascera e mantinha obra aos pés da Serra do Espinhaço, entre os municípios mineiros de Caeté e Sabará.

A origem das manifestações religiosas na Serra da Piedade, no século XVIII, está associada ao fidalgo português Antônio Silva Bracarena, oficial de cantaria. Ouvira a lenda acerca de uma menina, muda de nascença, a qual, ao avistar no alto da Serra da Piedade a figura de Maria com o menino Jesus nos braços, começou a falar. O fidalgo ergueu, então, uma capela em homenagem à Virgem e tornou-se depois ermitão.

Durante o século XIX, devido à sua importância, a Serra da Piedade recebeu a visita de vários viajantes, entre eles o ilustre viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, em 1818, que declarou:

[...] no alto da serra da piedade foi construída uma capela muito grande contra qual apoiaram a direita e a esquerda, edifícios onde residem os eremitas da montanha e os peregrinos que a devoção leva a esse lugar. Todas essas construções são de pedra e datam de 40 anos atrás. Em frente à capela veem-se rochedo, no meio dos quais pertencem uma fazenda algumas terras situadas ao pé da montanha [...] (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 66).

Em 1875, após assumir a Paróquia de Caeté, Padre Domingos Evangelista Pinheiro fundou a Irmandade Leiga de Nossa Senhora da Piedade, visando proteger e gerenciar o santuário, além de construir um asilo de órfãos. Segundo Nunes:

No espírito das normas emanadas pelo Concílio de Trento [...] era preciso retirar das irmandades, comandadas por leigos, seu peso político e religioso. A necessidade de um público dócil às novas normas torna as mulheres um alvo privilegiado da ação da igreja [...] Criam-se as associações femininas de Piedade; desenvolvem-se movimentos religiosos nos quais o concurso de mulheres é fundamental. (NUNES, 2007, p. 491).

Irmã Benigna fez seus votos religiosos na congregação em 1936 e passou então a adotar o nome Irmã Benigna Victima de Jesus. No ano de 1941 fez seus votos perpétuos e foi designada a prestar serviços na Santa Casa de Misericórdia, em Itaúna, Minas Gerais. Lá ela se diplomou em enfermagem e fundou uma maternidade para acolher as parturientes carentes e várias crianças nasceram em suas mãos, devido à falta de médicos em horário de serviço.

De acordo com Nunes (2007, p. 492), “diferentemente das freiras enclausuradas do período colonial, elas têm em seu projeto alguma forma de atuação social; sua imagem é a da ‘irmã de caridade’, boa, solícita, atuante e dedicada aos necessitados”.

No ano de 1948, Irmã Benigna voltou para a casa-mãe da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, sob forte acusação de gravidez e comunismo. Segundo relatos de sua amiga, Maria do Carmo Mariano (2010a), Irmã Benigna sofria de várias doenças, a ponto de ostentar uma barriga tão grande, que levou outras freiras a duvidarem de sua castidade, porém era uma doença conhecida como “barriga de avental”.

De acordo com Mariano (2010a, p. 9), “foi recomendada uma cirurgia, que seria de alto risco por ela ser muito doente e cardíaca, para retirada da gordura da barriga que era muito grande com isto a coluna estava deslizando e levando-a ao risco de não poder mais andar”.

Afastada de todos e colocada em um chiqueiro, por conta de sua falta de castidade, Irmã Benigna ficou sujeita às intempéries do clima na Serra da Piedade onde as temperaturas oscilavam bastante, chegando até a negatividade. Os trabalhos mais penosos eram dados à Irmã como forma de castigo, por seu suposto pecado. Na época, suas doenças se agravaram e ela contraiu outras, como diabetes, reumatismo e problemas na coluna, coração e rins. Foi transferida para a cidade de Lambari, Minas Gerais, permanecendo por cinco anos. Depois foi para Lavras, Sabará e constantemente ia à capital Belo Horizonte, onde se hospedava no Colégio Nossa Senhora da Piedade.

É importante ressaltar que, durante a permanência de Irmã Benigna nas cidades por onde missionou, ela construiu várias obras em benefício da população mais carente. Após sua saída das cidades, a congregação mandava derrubar todas as benfeitorias realizadas por ela, como forma de apagar a imagem de Irmã Benigna, já que esta causava repúdio à congregação, por ter a pele escura, ser gorda, com pelos no rosto (constantemente passava navalha, para se livrar deles, o que lhe dava uma aparência incomum), além de possuir somente o ensino primário.

Além disso, era procurada por várias pessoas, entre pobres e membros da alta sociedade, suscitando a inveja das freiras diplomadas e pouco solícitas; tirando, assim, o sossego da congregação, com sua indisciplina, pois muitas vezes deixava os horários comuns de oração para atender às pessoas necessitadas.

Percebe-se que, no caso de Irmã Benigna, seus fiéis já lhe atribuem milagres feitos em vida, pois entre eles era conhecida como Santa da Fartura, por suas obras em hospitais, asilos e orfanatos, onde saciava a fome de todos os carentes e necessitados. Sua morte aconteceu por problemas cardíacos, em 1981, aos 74 anos, em Belo Horizonte.

Segundo Mariano (2010a, p. 10), ao ser sepultada, vários fiéis lhe depositaram bilhetes com pedidos, para que ela, de alguma forma, intercedesse por eles, junto ao Nosso Senhor Jesus: “o velório foi no Colégio Nossa Senhora da Piedade. Aos poucos os amigos foram chegando tristes e chorando a perda de Irmã Benigna. Chegavam, rezavam e colocavam flores e bilhetinhos com os seus pedidos no caixão”.

Este gesto dos fiéis continuou a ser repetido em seu túmulo no Cemitério do Bonfim, onde foi aberta uma fresta para que os pedidos sejam depositados. Este comportamento se caracteriza como uma Devoção Marginal, que segundo Pereira (2005, p. 36) “existem e subsistem às margens da Igreja oficial, muitas vezes, sem o conhecimento ou reconhecimento da mesma, mas que são praticadas por fiéis que, nas pesquisas censitárias, se denominam católicos.”



Figura 9 - Abertura feita pelos fiéis no túmulo de Irmã Benigna
Fonte: Fotos da autora

Para os fiéis, a visita ao túmulo de Irmã Benigna é uma forma de celebrar todos os milagres realizados por ela em vida, dando continuidade à devoção após a morte. Ela é invocada para encontrar objetos perdidos, curar doenças incuráveis, resgatar famílias destroçadas, solucionar litígios, manter a união de casais, encontrar emprego e buscar solução para tantas outras crises. Os devotos entendem que os pedidos são sempre atendidos, a julgar pela grande quantidade de ex-votos e flores que cobrem o túmulo de Irmã Benigna, ao ponto de as inscrições com seu nome, data de nascimento e falecimento ficarem cobertos pelos ex-votos.

Os ex-votos, segundo Scarano são:

[...] o ex-voto pintado, bem como os demais tipos de ofertas votivas constituem significativa expressão da crença e da cultura de uma população que abrange diversas categorias econômicas e sociais, sobretudo os grupos mais humildes. o ex- voto é manifestação de uma religiosidade, neste caso de um catolicismo popular, pois afirma uma relação direta entre o crente e a divindade. (SCARANO apud ANDRADE JUNIOR, 2008, p. 90).

Percebe-se que os devotos não deixaram de acreditar nos santos oficiais, eles apenas se identificam com alguém mais próximo, que esteve presente na vida da comunidade à qual pertencem, que foi seu parceiro no dia a dia, que postou-se em

favor das minorias e resolveu os problemas com certo imediatismo. Essa devoção aos milagreiros de cemitério não necessita da aprovação da igreja ou da congregação da qual Irmã Benigna fez parte. Referindo-se à relação de afetividade entre o devoto e o santo, Andrade Junior (2008, p. 97) afirma que “no campo da religiosidade popular [...] este termo ganha força, já que a intimidade estabelecida entre o devoto e seu santo preferido acaba por se tornar um afeto concreto e sentido.”

Os devotos se multiplicam, através de depoimentos de outros fiéis que tiveram suas preces atendidas por ela e, ao alcançarem o pedido, deositam seus ex-votos como forma de gratidão à irmã pela graça concedida e a realização do milagre. Andrade Junior (2011, p. 258) observa que “quando os devotos deixam suas oferendas, estão ao mesmo tempo fazendo com que naquele lugar se configure um espaço diferente dos demais do cemitério.”

Esse tipo de devoção marginal escapa ao controle das instituições católicas e sacraliza outro espaço; no caso da Irmã Benigna, o cemitério, como afirma :

[...] o catolicismo que concentra a “devoção marginal”, que sai do território e do espaço sagrado previamente estabelecido, conhecido e reconhecido da sociedade, que são as igrejas, capelas santuários ou templos consagrados, para ocupar as fronteiras do profano e dos locais incomuns, como os cemitérios, os espaços as margens das rodovias ou outros. (PEREIRA, 2005, p. 33)

Considerações finais

O espaço cemiterial é um lugar de culto aos mortos. Local de devoção em suas diversas manifestações. Este dado pode ser observado quando se analisam as manifestações populares que se registram nesses lugares. Os devotos de Irmã Benigna cultuam o túmulo no qual está sepultada e que guarda o corpo da milagreira, razão de especial devoção e motivo pelo qual a Congregação das

Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, da qual Irmã Benigna fez parte, não sepulta ali nenhuma outra religiosa.

Com o passar do tempo, os devotos de Irmã Benigna diferenciavam seu túmulo dos demais da congregação; e a instituição não teve alternativa senão ceder aos pedidos dos fiéis, que reformaram o túmulo e colocaram sobre ele uma imagem da Virgem em pedra, com acabamento em granito rosado escuro e construíram também um velário. Andrade Junior (2011, p. 258) afirma que “a materialidade do túmulo e de seu entorno se completam com a imaterialidade demonstrada pelos devotos em suas orações, novenas, missas e em muitos casos procissões em louvor ao seu milagreiro de cemitério mais próximo e eficiente.”

O ponto culminante da fé dos devotos é expresso no dia de finados, quando, segundo crenças populares, as almas dos mortos estão presentes no cemitério; por isto o dia é de comemoração e recordação. A peregrinação ao túmulo de Irmã Benigna enche o cemitério e a quadra na qual está sepultada. Araújo (2009, p. 76) comenta: “dessa forma, prevalece a prática da oração ou prece diante da sepultura indicando que, pela consciência do povo, tudo o que diz respeito aos mortos é coisa espiritual, revestida de sacralidade, daí a necessidade de ritualização.”

Verifica-se que a devoção a Irmã Benigna passou a existir a partir de sua entrega à caridade, junto às comunidades que atendia. Após sua morte em 1981, continuou ganhando novos devotos que passaram a sacralizar seu túmulo, levando ex-votos, flores e velas ao cemitério do Bonfim. Toda segunda-feira, independentemente das condições climáticas, devotos vão ao túmulo agradecer as graças alcançadas e pedir outras. Uma missa é celebrada, com a presença de um pároco de uma igreja próxima, o que aponta o reconhecimento da Igreja Católica a essa prática de devoção marginal.



Figura 10 - Celebração da missa junto ao túmulo de Irmã Benigna
Fonte: Fotos da autora

Existe uma associação criada pelos devotos de Irmã Benigna - Associação dos Amigos de Irmã Benigna (AMAIBEN) - cuja organizadora é Maria do Carmo Mariano, amiga de Irmã Benigna por mais de vinte anos e que após sua morte fundou a instituição não só para ampliar a devoção à milagreira, mas continuar com a arrecadação de donativos para as obras assistenciais deixadas por ela.

Na atualidade, a preocupação da AMAIBEN é quanto ao processo de canonização de Irmã Benigna. Os devotos estão empenhados em torná-la oficialmente santa; após a missa que é celebrada em seu túmulo nas segundas feiras, os devotos vendem artigos como bolsas com a imagem de Irmã Benigna, relíquias, livros, para dessa forma custear o processo de canonização junto ao Vaticano.

Justamente por ser uma religiosa, a vida de Irmã Benigna não foi extraordinária como os fiéis relatam. Para a Igreja Católica, as penitências e as provações são comuns à vida de seus religiosos; a caridade é um dos princípios das ordens às quais Irmã Benigna pertenceu. Portanto, sua vida não se diferenciava em nada das demais religiosas, pelo contrário, Irmã Benigna era desobediente com as

normas da congregação a que pertencia, desrespeitando os horários e as tarefas que lhe eram impostas e os castigos lhe eram dados justamente por seu comportamento indisciplinado junto à congregação.

As pessoas que conviveram com Irmã Benigna se comoveram com os castigos impostos a ela, por seu mau comportamento. Com seu poder de persuasão junto à comunidade, com a finalidade de recolher donativos para as diversas obras assistenciais às quais dava suporte, sua fama de Santa da Fartura repercutiu em todos os lugares por onde passava, ganhando novos devotos e com isto a fama de milagreira se espalhou.

Conclui-se que a devoção à Irmã Benigna continua sendo marginal, apesar de esforços dos devotos junto à Igreja Católica para torná-la oficial. Com a repercussão de seus milagres junto aos fiéis, a Igreja Católica e a Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade não tiveram forças para intervir junto à devoção marginal que se perpetuou no túmulo de Irmã Benigna.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Morte, cultura, memória - múltiplas interseções**: uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades de Porto e Belo Horizonte. 2007. 385 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

AMAIBEN, Associação dos Amigos de Irmã Benigna. Resumo Bibliográfico Irmã Benigna. **Irmã Benigna Notícias**, Belo Horizonte, ano 1, n. 5, p. 3, maio 2009.

ANDRADE JÚNIOR, Lourival. Cemitérios e túmulos: espaços de devoção. In: **Anais do XII ENCUENTRO IBERO AMERICANO DE VALORACIÓN Y GESTIÓN DE CEMITÉRIOS PATRIMONIALES** - V Encontro Nacional da ABEC. Goiânia: FAV/UFG; FUNAPE, 2011. p. 253 -258.

ANDRADE JÚNIOR, Lourival Andrade. **Da Barraca ao Túmulo**: Cigana Sebinca Christo e as construções de uma devoção. 2008. 292 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ARAÚJO, Maria das Graças Ferreira de. **Pequenas romarias para pequenos santos, um estudo sociográfico sobre o dia de finados**. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de Minas, Belo Horizonte.

ÁRIES, Philippe. **Sobre a história da morte no ocidente desde a Idade Média**. Lisboa: Editorial Teorema, 1989.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história antiga e história média**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

MARCILIO, Maria Luiza. A morte de nossos ancestrais. In: **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. Hucitec: São Paulo, 1983.

MARIANO, Maria do Carmo de Souza Figueiredo; FERREIRA, Belquis Campolina França. **As mais belas histórias de Irmã Benigna**. 7. ed. Belo Horizonte. 2010 a.

MARIANO, Maria do Carmo de Souza Figueiredo. **Irmã Benigna Centenário de nascimento**. 2. ed. Belo Horizonte, 2010b.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORI, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PEREIRA, José Carlos. **Devoções marginais: interfaces do imaginário religioso**. Porto Alegre: Zouk, 2005.

REIS, João José. **A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo**. São Paulo: USP, 1974.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidade**. São Paulo: Brasiliense 2004.